



**Ata da 144ª Reunião Ordinária da
Unidade Regional Colegiada Norte de Minas do
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM.**

Data: 10 de dezembro de 2019, às 13h30min.

Local: Auditório da Supram Norte de Minas - Rua Gabriel Passos, 50, Centro,
Montes Claros/MG.

1 Aos 10 de dezembro de 2019, às 13h30min, reuniu-se a URC – Unidade Regional
2 Colegiada do Norte de Minas, no Auditório da Supram Norte de Minas - Rua Gabriel
3 Passos, 50, Centro, Montes Claros/MG. Participaram os seguintes membros
4 Conselheiros Titulares e Suplentes: como Presidente: Clésio Cândido Amaral-
5 Superintendente da SUPRAM NM - indicado formalmente pelo Presidente; Secretaria
6 SEAPA: Titular: Sérgio de Oliveira Azevedo; Secretaria de Estado de Desenvolvimento
7 Econômico – SEDE: 1º Suplente: Carlos Enrique Quintino de Moraes; Empresa de
8 Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER: 2º
9 Suplente: Ricardo Alves Froes; Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA: 2º
10 Suplente: Leander Efrem Natividade; Ministério Público de Minas Gerais -MPMG:
11 Titular: Daniel Piovanelli Ardisson; Prefeitura Municipal situada na área de abrangência
12 da URC; 2º Suplente: Keila Cristina Novais Porto; Federação das Indústrias do Estado
13 de Minas Gerais - FIEMG: 2ª Suplente: Laila Tupinambá Mota; Federação da
14 Agricultura do Estado de Minas Gerais – FAEMG: Titular: Juvenal Mendes Oliveira;
15 Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG:
16 Titular: Lindon Batista Neves; Federação das Associações Comerciais, Industriais,
17 Agropecuárias e de Serviço do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS: 1º
18 Suplente: Anderson Souza Silva; Representantes de não-governamentais com mandatos
19 vigentes em Conselhos Municipais de Meio Ambiente - CODEMA: Titular: Sóter
20 Magno Carmo - CODEMA de Montes Claros; Representantes de entidades civis
21 representativas de categorias de profissionais liberais ligadas à proteção do meio
22 ambiente e da melhoria da qualidade de vida: 1º Suplente: Luiz Aroldo Oliveira
23 Almeida - CREA/MG. Estiveram também presentes Técnicos da SUPRAM NM.

24 **Clésio Cândido Amaral**, Superintendente da SUPRAM NM, diz que já se tem quórum
25 para se iniciarem os trabalhos de hoje. Vai ler primeiramente um memorando da
26 Secretaria Executiva: Memorando SEMAD/Gabinete SE COPAM 264/2019. “Belo
27 Horizonte, 06 dezembro de 2019. Conselheiros da Unidade Regional do Norte de Minas
28 do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM. Assunto: Presidência da 144ª
29 Reunião Ordinária da URC Norte de Minas do Conselho Estadual de Política
30 Ambiental - COPAM, que será realizada no dia 10 de dezembro de 2019. Senhores
31 Conselheiros, diante da impossibilidade de comparecimento do titular e primeiro
32 suplente, representantes da SEMAD junto à Unidade Regional Colegiada do Norte de
33 Minas – URC Norte de Minas, conforme composição estabelecida pela Deliberação
34 COPAM nº1000 de 2016, indico o Sr. Clésio Cândido Amaral, do Sistema Estadual de
35 Meio Ambiente – SISEMA - para presidir a 144ª Reunião Ordinária da Unidade
36 Regional Colegiada Norte de Minas, que será realizada no dia 10 de dezembro de 2019,
37 às 13h30min no município de Montes Claros, Minas Gerais. Atenciosamente.
38 Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto, Secretário Executivo da Secretaria de Estado
39 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Norte de



40 Minas” Lido o memorando apresenta a pauta da 144ª Reunião Ordinária Unidade
41 Regional Colegiada do Norte de Minas do Conselho de política Ambiental – COPAM
42 Apresenta a Pauta da 144ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Norte de
43 Minas do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM - Data: 10 de dezembro
44 de 2019, às 13h30min. Local: Auditório da Supram Norte de Minas - Rua Gabriel
45 Passos, 50, Centro, Montes Claros/MG.

46 **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro**

47 O **Presidente** convida os presentes para a execução do Hino Nacional.

48 **2. Abertura pelo Secretário Executivo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e**
49 **Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Norte de Minas Dr.**
50 **Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto.**

51 **3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos gerais.**

52 O **Presidente** questiona se alguém tem comunicado a fazer. O **Conselheiro Lindon**
53 **Batista**, representante da FETAEMG, diz que, sem muita coisa importante a falar, quer
54 desejar Feliz Natal. Questiona se há alguma coisa mais importante para falar, uma vez
55 que o Natal é o nascimento de nosso Irmão maior. Diz que, profissionalmente não se
56 verão mais nesse ano, só eventualmente ou pessoalmente, e deseja que, no ano que vem,
57 estejam todos cheios de saúde, energias e boas ideias para se encontrarem. Deixa um
58 abraço de fim de ano em nome da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do
59 Estado de Minas Gerais a todos os colegas Conselheiros. O **Presidente** questiona se
60 mais alguém quer manifestar-se e passa ao exame da ata.

61 **4. Exame da Ata da 143ª RO de 08/10/2019.**

62 O **Presidente** coloca em aprovação a Ata da 143ª RO de 08/10/2019. Apura a votação:
63 Votos favoráveis de: Conselheiros: Sóter Magno Carmo do CODEMA/Montes Claros;
64 Luiz Aroldo Oliveira Almeida, do CREA; Sérgio de Oliveira, SEAPA; Ricardo Alves
65 Froes, EMATER; Dr. Daniel Piovanelli, do Ministério Público; Carlos Enrique
66 Quintino de Moraes. SEDE; Laila Tupinambá, FIEMG; Keila Cristina Porto, da
67 Prefeitura de Montes Claros; de Lindon Batista, da FETAEMG; Juvenal Mendes
68 Oliveira, da FAEMG. Abstenção: Conselheiros: Leander Efrem Natividade, da
69 SEINFRA; Anderson Souza Silva, da FEDERAMINAS. Informa que a ata está
70 aprovada

71 **5. Eco Sistemas - Portal de Serviços do Sisema.**

72 **Apresentação: Supram NM.**

73 O **Presidente** diz que ele mesmo fará a apresentação. Diz que trouxe como pauta
74 positiva falar do novo Sistema de Licenciamento Ambiental do SLA ou Ecossistemas.
75 Começou a funcionar no dia 05 de novembro no estado de Minas, ou seja, todos os
76 processos de licenciamento ambiental são eletrônicos a partir dessa data. Vai-se ter um
77 tempo para processos que têm uma documentação básica, que foram emitidos. Podem
78 ou ficar na modalidade anterior ou migrar para o próprio sistema. Diz que vai dar uma
79 pincelada como esse sistema funciona. Está sendo baseado num processo de
80 desempenho ambiental do sistema. Vem-se trabalhando desde 2017 na tentativa de
81 reduzir o passivo ambiental do Estado nos processos de regularização. De 2014 a 2016
82 eram analisados em média 59 processos por mês. De 2017 a 2019 tem-se uma média de
83 401 processos analisados por mês. Diz que foi colocada uma série de novas legislações,
84 sistemas novos, de forma a dar agilidade à análise do processo de licenciamento. Se se
85 continuar dessa forma, em abril de 2021, dezembro de 2020, praticamente se zera o
86 passivo, ou seja, haverá processos apenas dentro do período de análise, dentro do que a



87 normativa fala: RCA/PCA, seis meses de análise, e o EIA/RIMA, um ano no prazo de
88 análise. Diz que isso foi identificado, a partir do planejamento estratégico, onde o
89 Estado podia melhorar, onde podia haver economia: utilização de pastas físicas, isso
90 tudo é dinheiro que gera no Estado alto custo na manutenção e transporte; dificuldade de
91 tramitação; morosidade de análise em relação aos processos mais complexos; falha na
92 uniformização dos procedimentos; excesso de conferências e validações manuais;
93 dificuldade no gerenciamento das informações; força de trabalho executando ações
94 dispensáveis. Todos esses pontos que foram identificados foram uma base para se poder
95 tentar pensar como melhorar isso, como o sistema do Estado conseguiria evoluir. Então
96 foi criado dentro da própria SEMAD o chamado Ecosistema ou Sistema SLA. Ele foi
97 lançado, mas não foi implantado em toda sua totalidade, porque, se se fosse implantá-lo
98 todo, levar-se-ia muito tempo para fazer as outras partes. Mas ele é um sistema que vai
99 reunir todos os serviços digitais do SISEMA: todo e qualquer pedido, informações de
100 condicionantes, entregas, avaliações, tudo vai ser sempre feito nesse sistema único. É
101 uma gestão única a partir de um cadastro do cidadão que se chama de CADU. Todo
102 cidadão que tiver um ato autorizativo do Estado vai estar cadastrado nesse sistema e, a
103 partir desse cadastro, todo e qualquer outro ato que ele solicitar vai ter sempre um
104 vínculo nesse cadastro. Fica muito mais fácil para se entender e descobrir todos os atos
105 relativos àquele empreendedor, CNPJ ou mesmo CPF. Ele traz uma gestão mais
106 eficiente, célere e integrada. Consegue-se identificar no sistema todos os processos do
107 Norte de Minas, toda e qualquer SUPRAM, qual é a fase em que está. Tudo isso
108 qualquer que entre no sistema, que seja do Estado, consegue acompanhar. Mesmo quem
109 não é do sistema também consegue em algum momento, acompanhar o processo dele,
110 como empreendedor ou como consultor. Diz que ele desonera o cidadão da sobrecarga
111 burocrática. Se o empreendedor está em Natal, ele consegue formalizar um processo no
112 Norte de Minas, acompanhar o processo e, em tese, nem precisa vir à SUPRAM NM
113 para ter seu processo e acompanhá-lo. Há também a simplificação da disponibilização
114 dos documentos obrigatórios. É tudo no sistema. Acabou-se o papel. Não se tem que
115 receber o papel, protocolar, receber pelo correio e depois digitalizar tudo isso e jogar no
116 sistema. Diz que essa nova metodologia para sistematização dos procedimentos e gestão
117 da informação é uma transformação digital. Tem dois pontos: o SISEMA e a própria
118 SEMAD. Ele é autoexplicativo, é base para integração de novos sistemas, simplifica e
119 dá resolutividade. Sua usabilidade é muito simples. Proporciona transparência,
120 permitindo a quem está cadastrado no sistema acompanhar o processo. Diz que, se o
121 Ministério Público quiser ver todo o processo, a partir do momento em que estiver
122 cadastrado, vai entrar e acompanhar processo por processo e ter toda a informação. A
123 gestão da informação para tomada de decisão também fica muito mais rápida. Há ainda
124 a ampla acessibilidade. Qualquer cidadão pode acessar o sistema e acompanhar seu
125 processo ou inclusive acompanhar quais são os processos que estão em análise na
126 SUPRAM NM. Destaca que o Novo Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA -
127 pressupõe o cadastro de pessoas físicas e jurídicas. É chamado de CADU. É um
128 cadastro único onde estão todos os dados ou da pessoas físicas ou do empreendedor. A
129 partir desse cadastro único vai-se ter acesso a todo ato autorizativo que ele pedir ao
130 longo da vida dele. Se um empreendimento deixar de existir e se transformar em outro
131 empreendimento, tem-se o cadastro de outro empreendimento que abarca todos esses
132 atos. Esses Cadastro de Pessoas físicas e Jurídicas contém dados do empreendedor,
133 dados do empreendimento, dados da Consultoria; e todos os dados relativos ao processo



134 que ele tem. Diz que o empreendedor está no cadastro único, há a consulta das etapas do
135 processo. Consegue-se hoje fazer o planejamento, o Sistema de Infraestrutura de Dados
136 Espaciais – IDE. Quando entra no sistema, a primeira coisa que faz é acessar o IDE e
137 fazer a poligonal do empreendimento dele. A partir dessa poligonal do empreendimento,
138 tem todos os critérios locacionais. É o que vai traduzir inclusive a modalidade do
139 licenciamento ao qual ele vai passar. A partir dali, vem o requerimento da licença. Não
140 existe mais FOB emitido pelo Estado. Emite-se uma lista de documentos a partir da
141 modalidade do licenciamento que o empreendedor solicitou. Depois se tem a análise do
142 processo. Dentro da análise do processo se tem uma pré-análise que é uma análise da
143 documentação que foi colocada pelo empreendedor ou pelo requerente. Se, por acaso,
144 faltar algum documento, no próprio sistema se devolve para o empreendedor e ele tem
145 que corrigir todas aquelas solicitações que foram feitas pelo órgão. Ele solicita
146 esclarecimentos adicionais e mais o que for necessário. Feita a análise, a solicitação
147 volta para o sistema e verifica-se se ele colocou todas as informações. Passa-se então a
148 toda a análise do processo. Uma das grandes vantagens hoje é que, ao mesmo tempo em
149 que a equipe técnica está fazendo a análise da parte técnica do empreendimento, o
150 jurídico pode fazer a análise jurídica do empreendimento, bem como o núcleo
151 operacional pode verificar a todo momento documentações que sejam necessárias
152 dentro do processo. Feita a análise do processo, emite-se a decisão do processo – ela é
153 toda automática – no sistema. Emitiu-se a decisão do processo, automaticamente o
154 sistema gera a licença. O empreendedor emite essa licença que vem acompanhada de
155 um QR Code que vai validar a licença e lá estarão a licença e todas as condicionantes
156 em relação ao empreendimento. O próprio empreendedor vai emitir sua licença.
157 Apresenta a segunda tela do licenciamento do empreendimento. Frisa que a
158 caracterização completa é automática e *online* da atividade conforme legislação
159 ambiental. Diz que se vai ter, no próximo ano, a terceira etapa que vai ser lançada.
160 Automaticamente ela vai permitir que, na hora que o empreendedor faça sua poligonal,
161 tenha todos os critério locacionais já travados. Não existir nenhuma possibilidade de se
162 burlar nenhuma informação no sistema. O Estado pressupõe a boa-fé de qualquer um
163 que vá empreender. Como os critérios locacionais é que dão as modalidades, o
164 empreendedor, se achar que tem um critério locacional a que ele não se adequa, ele vai
165 colocar a comprovação dentro do sistema que ele não precisa daquele critério locacional.
166 Assim se tem os prognósticos quanto a possíveis vedações e restrições da atividade,
167 uniformização de todos os procedimentos em todas as regionais. A base é a mesma para
168 todo mundo. Há ainda ferramentas para inserção direta de poligonais para localização
169 da atividade a ser licenciada; avisos interativos para condução do requerente no interior
170 do sistema, ou seja, o sistema vá avisando a todo momento ao requerente de tudo que
171 está acontecendo no processo. Se o empreendedor não consegue cumprir os prazos,
172 dentro do sistema ele pode solicitar, de acordo com o que ele tem de prerrogativa legal
173 mais 60 dias, ou um sobrestamento, fazer as justificativas. No momento em que esse
174 pedido entra no sistema, em relação a prazo, por exemplo, os alertas também mudam.
175 Sempre que faltarem 5 dias para a entrega de toda e qualquer documentação para a
176 análise do processo o sistema vai informar. Mostra o modelo do novo sistema e explica
177 a utilização da tela. Diz que, no sistema de licenciamento ambiental, tem-se toda a
178 documentação que não é obrigatória para formalização, aquela que é obrigatória e todos
179 os arquivos que já foram anexados. Automaticamente se sabe todos os documentos de
180 que se precisa. Destaca que se tem os empreendimentos: a pré-análise que se vai



181 verificar os requisitos para formalização do processo, se se colocaram todos os
182 documentos necessários à formalização do processo. Após a pré-análise esse processo é
183 validado e vai para a análise. Automaticamente vai para a análise jurídica e análise
184 técnica do processo. Pode ser feita consulta de todas as solicitações e também consulta
185 do cadastro do empreendimento. Qualquer um que abrir pode ter acesso a cada uma
186 dessas abas. Diz que isso é o sistema em si. Observa que traz o número da solicitação,
187 se é CPF ou CNPJ, o nome do empreendimento, a unidade (SUPRAM) responsável pelo
188 empreendimento, em que município está localizado, data de envio de solicitação do
189 licenciamento, tipo de licenciamento, classe do empreendimento, modalidade, status da
190 solicitação. Ainda: - para quem ele foi atribuído. Mostra as principais ferramentas: -
191 notificações *online* diretamente ao empreendedor; o e-mail cadastrado é que vai receber
192 toda e qualquer informação do sistema, do órgão ambiental. É importante que tanto o
193 empreendedor quanto o consultor cadastrem seus e-mails para que possam acompanhar.
194 – A contagem de prazos processuais: independentemente do empreendedor, para o
195 órgão ambiental também é contado prazo processual. Cada processo que entra tem um
196 prazo para ter sua análise finalizada. – Troca de informações e documentos *online* entre
197 empreendedor e órgão ambiental. - Cadastramento de decisão e de suas especificidades.
198 – Emissão de certificado *online* com ferramentas de validação. – Possibilidade de
199 análise conjunta entre áreas e entre regionais. Hoje se tem termos de cooperação ou
200 cooperação entre SUPRAMs. Vai-se poder fazer tudo isso *online*. – Organização
201 documental: não existe mais desculpa de se perder documento, ter espaço para poder
202 guardar isso durante anos. Está tudo no sistema. – Possibilidade de correção processual
203 imediata antes da formalização do processo. Na pré-análise há a possibilidade de voltar
204 com todo o processo para o empreendedor e ele fazer todas as correções devidas para
205 evitar uma formalização errada, perder taxa, tempo, e o processo dele ser indeferido lá
206 na frente. Observa que ele mostra todas as pendências que o empreendedor tem
207 acessando “visualizar pendências” o processo fica parado enquanto não se validarem as
208 pendências. Mostra que há os sinais de alerta 5 dias antes do fim do prazo seja do órgão
209 ambiental seja de documentos a serem entregues pelo empreendedor. Depois do prazo
210 esgotado, o sistema entra em vermelho e não se consegue colocar nenhuma informação
211 ou documento. Mostra que se consegue acompanhar as SUPRAMs do estado inteiro,
212 todos os processos de licenciamento ambiental seja em que SUPRAM for. Diz que o
213 novo sistema tem o e-mail que é cadastrado no CADU, que é extremamente importante,
214 que é a porta de entrada do sistema. Tem-se também a decisão final, a decisão sobre a
215 formalização do processo, as pendências e informações complementares. O envio,
216 cancelamento, alteração de modalidade, prorrogação de prazo, resposta quanto a
217 sobrestamento, tudo é feito dentro do sistema de forma eletrônica através do e-mail que
218 vai chegar para toda e qualquer área dentro da SUPRAM e vai-se analisar, deferir ou
219 indeferir o pedido. Esse novo sistema traz comodidade, transparência, melhor gestão,
220 uma economia gigante de quase meio milhão de reais só de economia de papel;
221 eficiência do sistema que trabalha com prazo tanto para o órgão ambiental quanto para o
222 empreendedor; padronização dos empreendimentos; facilidade para qualquer pessoa
223 solicitar um licenciamento; além da celeridade que se tem hoje em relação aos
224 processos ambientais. Diz que é isso o sistema novo. Ele é tão inovador tanto para quem
225 vai utilizar quanto para o Estado. Está na fase inicial de implantação. Atualmente ainda
226 não se consegue fazer acompanhamento de condicionantes e receber as condicionantes
227 pelo processo, o que ainda é feito pelo SEI. Acredita-se que até fevereiro, março esteja



lançada a etapa 3 onde se vai ter toda a inclusão disso. É um sistema que vai evoluindo ao longo dos anos também do ponto de vista de legislação até que se tenha tudo e qualquer ato só nesse sistema. Coloca-se à disposição para perguntas. O **Conselheiro Juvenal Mendes Oliveira**, da FAEMG, diz que, quando se implantou o licenciamento da derrubada da floresta, na década de 70, já se brigava para que o processo de autorização de desmate fosse algo permanente e não esgotado. Porque, ao longo desse tempo o estado perdeu toda a memória daquilo que aconteceu. Diz que brigou, aposentou e não se conseguiu levar adiante um processo definitivo de um imóvel rural. O que se licencia é o imóvel rural, não é o proprietário. Agora, com esse avanço, fica muito bom também se acompanhar a mudança na lei, se também acompanhar a exigência de tanta descrição acadêmica, que é tudo igual, tudo citação bibliográfica intensa para atividade que não tem o menor problema na degradação ambiental. Diz que é preciso simplificar as coisas. Isso vai adiantar demais e a economia será bastante grande, porque aí passa a ter um licenciamento permanente. Diz que gostaria de saber se, no caso de uma transferência de titularidade de um imóvel, transfere-se o licenciamento ou não. Ainda quer saber se, no caso, vai melhorar todas essas descrições acadêmicas do processo de licenciamento que está sendo pedido, da coisa técnica que está sendo colocada. Diz que é preciso mudar isso também, porque um sistema eletrônico não vai comportar tanta informação acadêmica. O **Presidente, Clésio Cândido Amaral**, da SUPRAM NM, diz que vai responder em duas etapas. Primeiramente o sistema vai evoluindo principalmente no que se cita o IDE, que é a base para se poder falar da modalidade de licenciamento. Informa que o IDE hoje tem mais de 340 camadas colocadas lá e ele está em evolução. Como exemplo, diz que, se se tem uma determinada região com alto potencial de cavidades, se se tem um estudo que já foi validado, ele entrou lá no IDE, qualquer um, quando entrar no IDE e for lançar sua poligonal do empreendimento, já vai ter um estudo de cavidades falando se tem ou se não tem. Ele vai poder ser utilizado. Da mesma forma, na hora em que se começar a validar os monitoramentos de fauna, por exemplo, no sistema, e se tem uma grande região que tem monitoramento de fauna de um empreendedor, de dois, de três, de quatro, qualquer um que for instalar um empreendimento na região vai ter acesso porque já existe o monitoramento de fauna. Já sabe quais as espécies são monitoradas, quais estão em extinção. Tudo isso vai estar lá como informação. Em tese, não se precisaria gerar nova informação. Vai-se basear no estudo, na informação que está lá. O segundo ponto: a partir do momento que se tiver CAR, SENAFLOR e o PRA, a ideia é interligar todos esses sistemas para que se tenha uma validação só, vai-se puxar a informação. Hoje, por exemplo, se faz a partir do SINAFLOR a supressão de vegetação. Vai-se pegar tudo aquilo que está na base SINAFLOR e se vai jogar as decisões todas para o processo, mas está tudo registrado eletronicamente. Ela não se perde mais, ela vai para uma nuvem e não se corre o risco de ela sumir novamente como se sabe que existia muito no IEF. Diz que, no IEF foi feita uma reserva legal em 1967, 1970, 1980, e não se acha o processo. Isso não existe mais. Vai estar tudo validado. Todo empreendimento que estiver registrado, que tiver uma licença, toda vez que se jogar o empreendimento, tem-se lá a poligonal do empreendimento, a reserva legal, onde ele está. Vai estar tudo lá nessa base. Tudo vai ser lançado. Quanto aos estudos, esclarece é que cada estudo que seja validado pelo Estado entra para a base do IDE. Como exemplo, diz que o setor de rochas ornamentais está querendo fazer um grande estudo sobre as áreas de supressão de vegetação em áreas prioritárias aqui, o estudo sobre o impacto da atividade



275 minerária nessas áreas. Quer fazer um estudo sobre levantamento de fauna, de flora,
276 aquilo que é endêmico daquela região, se ele está em extinção ou se não está. A partir
277 do memento que se tiver um estudo desse e se jogar na base cartográfica que é na IDE,
278 qualquer um que for instalar seu empreendimento no estado vai saber se vai ter encrenca
279 na região ou não. Da mesma forma que validando hoje se tem o que é terra quilombola,
280 onde é mata atlântica, onde é terra indígena e os dados todos de que vai precisar. Nesse
281 estudo, por exemplo, vai-se ver que há espécies da fauna e da flora em extinção, são
282 endêmicas daquele lugar. Vai-se ter uma base para saber se tem que tomar cuidado com
283 isso para comprovar para o órgão ambiental que sua atividade não vai impactar espécies
284 que já estão lá. A ideia é que todos os estudos sejam validados dentro do IDE. Então se
285 começa a construir a informação especializada que nunca foi feita no estado. Nunca
286 houve isso. Então há a possibilidade de não se precisar apresentar um levantamento de
287 fauna primário para uma atividade a partir do momento em que se validar tudo o que
288 está lá. Só se vai apropriar desses dados para se jogar isso no seu relatório, no seu
289 estudo. Não vai ter que produzir isso. Vai diminuir custos para o empreendedor. Mas se
290 tem que validar, da mesma forma que hoje se valida todo encaminhamento
291 espeleológico. Todo encaminhamento espeleológico que é feito por empreendimento de
292 mineração, agrossilvipastoril ele é validado pela SUPRAM e vai para a SEMAD.
293 Quando é validado pela SEMAD, entra para a base cartográfica que vai ter identificação
294 onde há caverna, onde não há caverna. Pode-se ter lá uma grande região em que já foi
295 feito encaminhamento espeleológico onde não se achou caverna. Vai-se usar aquilo que
296 está lá. Aquela informação que está lá. Isso é uma grande vantagem. O **Conselheiro**
297 **Juvenal Mendes Oliveira**, da FAEMG, diz que faltou, no caso de mudança de
298 titularidade do imóvel rural, se se transfere o licenciamento. O **Presidente Clésio**
299 **Cândido Amaral**, Superintendente da SUPRAM NM, diz que o sistema é da mesma
300 forma que se faz hoje. Vai-se fazer uma solicitação, comprovar que comprou aquela
301 fazenda, que assumiu aquele empreendimento e vai pedir alteração da titularidade na
302 licença. Agora apenas se vai fazer de modo eletrônico. Não se vai fazer mais no papel.
303 Vai-se verificar a documentação, emite-se nova licença com novo titular, com todas as
304 condicionantes que precisacumprir. O **Conselheiro Lindon Batista**, da FETAEMG, diz
305 que vai-se permitir fazer um adendo à palestra do Presidente, que foi brilhante, de
306 cátedra, porque já participou, desde o nascedouro, da transformação do processo no
307 INSS. Tem-se lá hoje o chamado INSS Digital. Para o cidadão comum, tem-se uma
308 porta de acesso chamada Meu INSS, onde ele consulta apenas informações de seu
309 interesse, se CNIS ou coisa parecida. Mas quem vai postular a aposentadoria ou
310 qualquer benefício, vários órgãos ou entidades serão cadastrados. Salvo melhor juízo,
311 aqui em Montes Claros só se fizeram dois inícios: com a Federação dos Trabalhadores
312 Rurais e com a AMAMS. Não sabe se houve um segundo passo. Diz que o Presidente
313 informou que o sistema vai sofrer um aperfeiçoamento, ajustes. Diz que um desses
314 ajustes se conseguiu na última semana com o próprio Ministério da Previdência, com o
315 Rogério Marinho. Vai dizer quais para servir de exemplo. A primeira falha que existe
316 nesse sistema, que é bom, é a falta de identidade física do analista com o
317 empreendimento, com o mérito da questão. Se isso cai num “cara” do Rio Grande do
318 Sul ou do sul de Minas, ele não sabe o que é geraizeiro, não sabe o que é o extrativista
319 nosso aqui. Ele desconhece algumas peculiaridades nossas, quando se fala que a
320 unidade animal nossa por hectare é uma cabeça por hectare. Ele acha que somos
321 preguiçosos e não sabemos utilizar bem a terra. Diz que queria que ele viesse de lá viver



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

322 essa realidade. Quanto a esses analistas, diz que se tem percentuais indubitáveis de que
323 todos os processos - toma como referência a cidade de Ibi aí que mandou 33 processos:
324 11 foram deferidos, 11 indeferidos e 11 em apreciação. Apreciação por
325 desconhecimento. Na lista há um rapaz daqui da base encarregado de ir lá alertá-lo de
326 que ele pode estar incorrendo num caminho errado. Não que ele vá ter que deferir, Mas
327 que ele vai ter que seguir aquele caminho. Todos que foram indeferidos foram pessoas
328 de fora que não conhecem nossa realidade do homem, do agricultor familiar. Aí vêm
329 ciladas e mais ciladas. Diz que se falou dos cadastros que serão interagidos. Lá são 46
330 cadastros. Não se sabe que se tem tanto cadastro na vida, mas entra DETRAN, entra
331 tudo mais. Se esse cidadão chega dizendo que é agricultor familiar e que quer aposentar,
332 abre lá e vê um CNIS dele, se tiver a carteira assinada pelo menos temporariamente.
333 Abre e vê que tem um carro avaliado em R14.000,00 no nome dele. Ele justifica que
334 não, que o carro ele comprou com o dinheiro do filho para o filho trabalhar no Uber e
335 colocou no seu nome porque o filho está divorciando da esposa e não quer que ela tome
336 a metade. O INSS, o analista frio do sistema não tem coração e não conhece essa
337 realidade, ainda que ele estivesse burlando a mulher dele. Vem então outra realidade.
338 Proibiu os sindicatos de fazer a chamada declaração de atividade profissional. Na
339 FAEMG, os fazendeiros talvez consigam fazer, seus contadores, seus advogados fazem
340 por eles. Mas o homem rude do campo, o simplório não tem advogado, não tem
341 contador, não tem um filho que tenha expertise para fazer uma chamada declaração de
342 atividade. São 4 páginas com perguntas a mais capciosas possíveis. Dentre elas
343 pergunta: que você planta. Questiona o que o miúdo planta, pede que o corrijam se
344 errar: feijão milho e mandioca, Então se pergunta o que se faz com a mandioca que
345 planta. O cidadão fala que transforma em farinha. “Que faz com a farinha?” “Vendo”.
346 Então o cidadão já é um transformador da matéria prima e vai pagar até IPI. Frisa que
347 isso é até covardia. Isso é pegar o cidadão que está ali na ponta da ponta, no grotão e
348 querer inseri-lo num sistema de primeiro mundo. Diz que se treina e retreina o sindicato
349 para ajudar todos os pequenos s formar esses bancos de dados, essa declaração para não
350 incorrer nesse deslize e ter seu pedido indeferido. Diz que o governo não está negando
351 aposentadoria para ninguém. Ele está dificultando o acesso. Só isso, com essas formas
352 novas, modernas. Pede desculpa, mas diz que precisa falar mais um pouquinho. Não é
353 desabafo, mas é para servir de exemplo para todos. Diz que tem outra coisa que é pente
354 fino que se está fazendo na questão previdenciária. Alerta que os prazos são fatais. E
355 aqui se vai vivenciar isso. Dá 5 dias para se trazer uma informação complementar e
356 pede um e-mail. Observa que o cara da roça, o pequeno não tem e-mail. Tem, mas
357 talvez não acesse todo dia. O e-mail está lá provando que te andou ontem 3.33 da tarde.
358 E o prazo começa a correr ali. Diz que se está alertando para que se forneça o e-mail do
359 sindicato daquela cidade. E veio um Juiz daqui, da Vara Federal, dizendo que se tem um
360 endereço urbano. Até descobrir que aquele endereço urbano daquela cidade era do
361 sindicato e o sindicato era a referência, aí fica difícil. Diz que viu um caso que o deixou
362 triste, de um Juíza nova da cidade de Januária. Ela perguntou para uma testemunha se
363 num lote urbano de 250 metros se criava bicho. Diz que, quando a pessoa usa a
364 expressão bicho é porque não sabe a diferença entre animal silvestre e animal
365 doméstico. O cara ficou meio perdido e ela perguntou se se criava vaca, boi num lote
366 de 250m2. Observa que se está sujeito a esse tipo de sistema. Frisa que dizem que mais
367 difícil que inocular uma ideia nova na cabeça de um homem é livrá-lo dos paradigmas
368 antigos; E todos temos paradigmas. Seu receio é esse: que falte nos analistas lá de longe



369 a identidade física com nossas necessidades locais e que se tenha dificuldade até de
370 fazer os ajustes de mostrar para essa pessoa. Não há engenheiro ambiental com a melhor
371 das formações que conheça todas as peculiaridades regionais desse nosso grande Brasil.
372 Diz que o Presidente mesmo é um forasteiro e, quando chegou aqui, teve que se adaptar
373 a certas peculiaridades. Diz que seu receio é apenas esse. O sistema é bom, é mais ágil,
374 mais seguro. É mais tudo. O que condena no começo é só a falta de identidade física do
375 analista com a região. **Clésio Cândido Amaral, Presidente**, diz que, nesse caso, o que
376 acontece é o seguinte: como se tem um módulo de pré-análise que não impinge nada a
377 ninguém, está-se tentando que o próprio sistema se autoajuste ou se autoexplique. A
378 partir do momento que se tem lá o CADU com tudo o que ele tem que preencher, com
379 todas as prerrogativas, além de um tutorial que explica etapa por etapa, ele pode colocar
380 o sindicato como apoio, o e-mail de quem for para ter uma referência. Esse é o primeiro
381 ponto. Na hora em que ele vai solicitar o sistema, o passo a passo é o mesmo. Existe um
382 passo a passo de como ele vai fazer. Ele vai colocar as coordenadas geográficas do
383 empreendimento onde vão estar todos os vértices da propriedade. Quando ele colocar
384 isso, a próxima etapa do sistema é travar os critérios locacionais, vedação, tudo o que a
385 lei determina. Até para o empreendedor não precisar fazer isso e para evitar
386 justificativas posteriores. Ele trava automaticamente. O sistema define cada ponto, se ele
387 está em terra indígena, em terra quilombola, em vegetação de mata atlântica, em um
388 ponto que está tranquilo, se tem um curso d'água. Tem-se todas as restrições que a lei
389 fala. A partir daquilo ali, todo e qualquer consultor de qualquer área vai saber das
390 restrições legais do empreendimento. Partindo das restrições legais, dá a modalidade de
391 licenciamento e a lista de documentos. A qualquer momento, no sistema, com a troca de
392 e-mail, ele pode perguntar ao órgão ambiental qualquer coisa antes de formalizar o
393 processo. Pode dirimir toda e qualquer dúvida nesse sentido. Essa troca hoje com o
394 órgão ambiental é muito mais célere e muito mais transparente. Ele faz por ali pelo
395 computador, pelo sistema, pelo e-mail, e o órgão responde. Ele consegue formalizar um
396 processo com toda documentação de forma correta ainda na pré-análise, sem perder
397 taxas, sem nada. O que acontecia antigamente era que o empreendedor formalizava o
398 processo. Faltava um monte de informações por desconhecimento ou outra coisa.
399 Algumas informações não tinham prazo suficiente e acabava ensejando o arquivamento
400 do processo. Hoje não existe essa possibilidade. Ele consegue fazer tudo isso, corrigir
401 tudo isso, e o processo voltar, ele manter as taxas dele.

402 O **Conselheiro Lindon Batista**, da FETAEMG, pergunta se querem ver uma coisa boa
403 que houve de ajuste na Previdência. Diz que, quando havia uma pendência em análise, o
404 interessado no benefício tinha um prazo de 15 dias para atender. E o analista só volta a
405 olhar aquilo após 15 dias. Às vezes são coisas que se consegue atender no mesmo dia. O
406 sistema evoluiu: se se dá 15 dias e se atender no primeiro dia, no segundo dia o analista
407 já é alertado na tela de seu computador de aquela pendência daquele empreendedor ou
408 daquele cidadão que quer se aposentar já foi atendida. Economizam-se os 14 dias. **Clésio**
409 **Cândido Amaral, Presidente**, diz que se recebem os alertas também. A partir do
410 momento em que o empreendedor inseriu a informação, o sistema alerta que ela foi
411 inserida. Então o técnico já pode analisar a informação. Da mesma forma que ele avisa
412 que estão faltando 5 dias para vencer o prazo da informação, avisa-se a ele. O
413 **Conselheiro Carlos Enrique**, da SEDE, questiona se só é possível fazer pelo
414 computadores ou se pode fazer na sede também. Diz que achou a colocação do
415 Conselheiro Lindon interessante principalmente quando se foca o problema de um



416 produtor rural de baixo conhecimento na questão de informática. Diz que, recentemente,
417 por questão de exigência da CEMIG da outorga, teve-se muito problema. Uma senhora
418 ligou para ele, viu pela humildade e pela simplicidade dela, porque estavam cobrando
419 R\$2.000,00 para ela fazer um cadastramento. Observa um consultor na rua cobrando
420 R\$2.000,00. Para o produtor rural conseguir essa quantia já está difícil. Imagina que
421 pode haver uma alternativa de alguém que possa estar pegando na mão para estar
422 fazendo por essa população que necessita, talvez seja um ganho. **Clésio Cândido**
423 **Amaral, Presidente**, diz que hoje nenhuma SUPRAM tem pessoal para poder fazer
424 isso. Qualquer um aqui que entrar num computador, acessar o sistema, mas não se tem
425 pessoal em nenhuma área que faça assessoria para esse pequeno produtor. No estado se
426 entende, e acha que são os avanços que se fazem necessários, que se tem que ter uma
427 integração cada vez maior com os órgãos como FETAEMG, FAEMG, EMATER,
428 CREA, todos eles, de forma a treiná-los - a SUPRAM está aberta a todo e qualquer
429 treinamento - sobre o sistema e como fazer. Frisa que a EMATER tem uma capilaridade
430 gigante junto ao produtor rural. A partir do momento em que a EMATER esteja treinada
431 para saber como funciona o processo de licenciamento ambiental, como se faz, ela, em
432 seu escritório que está muito mais perto do produtor rural, se ele chegar lá, consegue
433 assessorá-lo de forma a fazer esse cadastro que foi a questão da CEMIG, que uma
434 loucura. Informa que tiveram 1.400 solicitações. E, em muitas delas, viu-se que o
435 próprio consultor forjou a informação para obter de forma mais rápida. Consegue-se
436 pegar o obter toda informação que está lá. Cita um exemplo: o empreendedor colocou
437 sua área. Quando se pega a área dele ela está gravada no sistema. Viu-se que ele pegou
438 um pedacinho de uma áreas de 1.800 hectares e falou que aquilo é que era a área dele
439 para obter essa questão de um LAS Cadastro de uma dispensa de licenciamento para
440 obter os benefícios da CEMIG. Diz que se conseguiu verificar tudo isso no sistema que
441 hoje é automático, que se tem. Entende que a SUPRAM consegue dar treinamento a
442 todo e qualquer que solicitar; ao Ministério Público para fazer consulta de todo o
443 sistema; à EMATER para auxiliar o empreendedor; à FAEMG, FEDERAMINAS. Diz
444 que já fez com o pessoal da FIEMG. Entende que é um processo. Vai levar um tempo,
445 mas se consegue capilarizar essa informação a todas as entidades de classe e, a partir
446 daí, começar a auxiliar. A FIEMG tem um grande número de associados. Se a FIEMG
447 está treinada e se consegue treinar cada grupo de associados, esse grupo de associados é
448 o suporte para outros associados. Quando se tem a FAP, que começa agora em
449 dezembro, a FIEMG, para cada modalidade de licenciamento ou atividade que se vai
450 fiscalizar, já foi treinada para processo de licenciamento, como se dá, quais são as
451 etapas, tipo de documentação se deve apresentar. Ela consegue diagnosticar a própria
452 situação do empreendedor e ajudá-lo nesse processo de licenciamento e fazer parte
453 desse processo. Entende que isso é um processo que vai demorar um tempo. O sistema
454 ainda não está completo. Vai sofrer uma série de up grades a partir de agora até estar
455 completo, onde tudo se vai fazer através desse sistema. Não se vai precisar fazer nada
456 fora. Isso vai facilitar a vida de todo mundo. Entende que isso acontece pelo
457 desconhecimento e não há necessidade nenhuma de se falar que se vai cobrar
458 R\$2.000,00. O sistema é muito simples, é auto explicativo o tempo inteiro. Etapa por
459 etapa ele vai falando o que vai fazendo, o que vai preenchendo de acordo com a
460 informação. Passa ao item seguinte da pauta.

6. Processos Administrativos para exame de Recurso de Autos de Infração:

462 O Presidente diz que vai ler os processos e verificar se alguém tem algum destaque.



463 6.1 Gilvan Antônio Vieira da Mota/Fazenda Sobradinho - Atividade não especificada –
464 São Francisco/MG - PA/Nº CAP 449310/19 - AI/Nº 42801/2016. Apresentação: Supram
465 NM.

466 Sem destaque

467 6.2 João Mendes Teixeira/Fazenda São Felipe - Extração de areia e cascalho para
468 utilização imediata construção civil - Mato Verde/MG - PA/Nº CAP 666783/19 -
469 AI/Nº 63613/2016. Apresentação: Supram NM.

470 Sem destaque

471 O **Presidente** diz que, não havendo destaque, vai propor a votação em bloco. Todos os
472 que estiverem favoráveis ao parecer da SUPRAM se manifestem.

473 Votos favoráveis de: Conselheiros: Sóter Magno Carmo do CODEMA/Montes Claros;
474 Luiz Aroldo Oliveira Almeida, do CREA; Sérgio de Oliveira, SEAPA; Ricardo Alves
475 Froes, EMATER; Carlos Enrique Quintino de Moraes. SEDE; Laila Tupinambá,
476 FIEMG; Keila Cristina Porto, da Prefeitura de Montes Claros; de Lindon Batista, da
477 FETAEMG; Leander Efrem Natividade, da SEINFRA; Anderson Souza Silva, da
478 FEDERAMINAS.

479 Abstenção; conselheiros: Dr. Daniel Piovanelli, do Ministério Público; Juvenal Mendes
480 Oliveira, da FAEMG. Informa que os processos estão **aprovados**.

481 **7. Proposta de Agenda Anual das reuniões da Unidade Regional Colegiada Norte**
482 **de Minas do COPAM, para o ano de 2020. Apresentação: Supram NM.**

483 O **Presidente** diz que o calendário das reuniões foi proposto com a previsão de reunião
484 bimestral para o período de 2020. Continua na segunda terça feira de cada bimestre. A
485 primeira será em fevereiro. Em seguida, abril, junho, agosto, outubro e dezembro. Serão
486 06 reuniões. Solicita que os que estiverem a favor do calendário se manifestem.

487 Votos favoráveis de: Conselheiros: Sóter Magno Carmo do CODEMA/Montes Claros;
488 Luiz Aroldo Oliveira Almeida, do CREA; Sérgio de Oliveira, SEAPA; Ricardo Alves
489 Froes, EMATER; Dr. Daniel Piovanelli, do Ministério Público; Carlos Enrique
490 Quintino de Moraes. SEDE; Laila Tupinambá, FIEMG; Leander Efrem Natividade, da
491 SEINFRA; Keila Cristina Porto, da Prefeitura de Montes Claros; Anderson Souza Silva,
492 da FEDERAMINAS; Lindon Batista, da FETAEMG; Juvenal Mendes Oliveira, da
493 FAEMG. Informa que a proposta está **aprovada**.

494 O **Presidente** diz que quer deixar duas coisas. No ano que vem vai-se tentar continuar
495 com a mesma questão da pauta positiva, ou seja, apresentações durante os processos.
496 Diz que se tem começado uma discussão sobre a questão do eucalipto aqui no Norte.
497 Houve, na última reunião, apresentação da Universidade Federal de um estudo que foi
498 feito sobre a questão do eucalipto. Dr. Daniel Piovanelli estava propondo falar de
499 manejo sustentável. Diz que ele passou o nome de um estudioso da ESALQ. Vai tentar
500 fazer contato com ele para ver se consegue trazê-lo para a primeira reunião para falar
501 sobre o manejo sustentável na questão do eucalipto. Diz que se sabe que não vai deixar
502 de haver eucalipto aqui no Norte, no estado de Minas Gerais. Mas é preciso descobrir
503 qual é a forma sustentável de coexistir com esse tipo de atividade. Diz que gostaria de
504 pedir a todos que fazem parte da URC que possam propor temas, pessoas que possam
505 vir falar não só da questão do eucalipto, mas todo e qualquer tema que seja pertinente ao
506 Norte de Minas. Observa que houve reuniões em que se falou sobre águas do Norte,
507 sobre a questão da água subterrânea. É um assunto que não vai se esgotar tão cedo. Diz
508 que há outros estudos nesse sentido. O IGAM fez, há pouco tempo, uma palestra aqui
509 sobre mais uma evolução nos estudos. Veio Marília, Diretora do IGAM, falar sobre



510 isso, anova portaria de outorga, a nova legislação. Diz que gostaria de pedir a
511 contribuição de todos sobre todo e qualquer tema de forma antecipada para que se tenha
512 tempo e prazo hábil para contatar essas pessoas, esses estudiosos, para que se possa
513 trazer e enriquecer nossa discussão. Acha que ela está muito voltada à atividade
514 agrossilvipastoril e à questão da escassez hídrica no Norte de Minas. O **Conselheiro**
515 **Sóter Magno Carmo**, do CODEMA/Montes Claros, parabeniza pela proposta o
516 Ministério Público na pessoa de Dr. Daniel. Diz que essa questão do eucalipto no Norte
517 de Minas não se esgota. Tem-se a preocupação com a questão da água que é o pior
518 problema que o eucalipto trouxe. Sabe-se disso. Diz que é testemunha ocular do que
519 aconteceu no Norte de Minas. É de Rio Pardo de Minas e conhece a silvicultura na
520 região desde os 13 anos de idade. E muita gente fala que o eucalipto não acaba com a
521 água, não acabou com a água. Diz que é capaz de apostar se alguém é capaz de provar o
522 contrário disso. Diz que não é contra a silvicultura de eucalipto. Todos sabem que
523 pertence a este Conselho há muitos anos e votou e votará sempre a favor do eucalipto
524 desde que exista sustentabilidade nesses processos. Discute-se tudo isso hoje porque
525 não houve sustentabilidade antigamente. Não houve a preocupação com as nascentes,
526 com as veredas, matas de topo, áreas de recarga hídrica, tudo isso. E tocaram eucalipto
527 em tudo desmatando tudo. Eu sou testemunha ocular desse processo desgraçado que
528 plantaram no Norte de Minas impiedosamente. Diz que hoje vê sua família, em Rio
529 Pardo de Minas, apanhar capim na beira do rio para dar ao gado porque não tem mais
530 nenhuma folha verde em setembro e outubro. Isso é muito triste viver essa situação
531 onde marejava água barranca afóra. E não era no período de chuva, era em qualquer
532 época do ano. Hoje se chega lá e onde devia ter água tem areia; onde devia ter peixe,
533 tem areia. Quer que alguém lhe prove o contrário de que o eucalipto não acabou com a
534 água do Norte de Minas. Prova *in loco* que foi o eucalipto que provocou tudo isso
535 porque não houve a preocupação com a sustentabilidade. Frisa que essa questão do
536 eucalipto tem que ser discutida profundamente quando se diz respeito à
537 sustentabilidade, porque há muita gente ainda insistindo em plantar eucalipto em área de
538 recarga hídrica, em área de preservação, tudo aquilo que ainda é ilegal. Diz que
539 infelizmente se recebe denúncia de que existe empreendedor fazendo tudo isso. Diz que
540 é capaz de levar alguém e mostrar que realmente isso ainda está acontecendo e que
541 essas áreas que foram impactadas antigamente elas podem ser trazidas de volta à
542 preservação do meio ambiente, da natureza, para se ver trazer um pouco da água que
543 existia porque não é mais possível. O Norte de Minas está acabando. Para quem não
544 conhece o Norte de Minas na palma da mão, é bom conhecer enquanto existe, porque o
545 Norte de Minas entrou num processo de desertificação. Há algumas regiões em que dá
546 pena ver as pessoas morarem em locais quando se chega o mês de setembro, agosto,
547 outubro. Dá muito dó. E essa discussão não tem que se esgotar. Tem que ser
548 aprofundada ao máximo para que se possam minimizar esses impactos. O **Conselheiro**
549 **Juvenal Mendes Oliveira**, da FAEMG, diz que, não querendo contrariar o **Conselheiro**
550 **Sóter**, mas é Engenheiro Florestal e tem algum conhecimento dentro disso. Não se pode
551 confundir uma árvore que para sobreviver tem uma necessidade fisiológica. Ela absorve
552 a água na medida de sua necessidade fisiológica. Um eucalipto não absorve, como
553 alguns ecologistas diziam, 200 litros de água por árvore. Ela absorve na medida de sua
554 necessidade, mesmo porque o sistema radicular, colocada essa quantidade de água, vai
555 morrer afogado. É a mesma coisa nós humanos tentarmos beber de uma única vez 30
556 litros de água. A necessidade fisiológica é que determina isso. Então, o eucalipto não é



557 um mal. A árvore em si como uma outra qualquer. A cultura do eucalipto é uma cultura
558 como outra qualquer num imóvel rural, tanto seja produção de café, produção de leite. É
559 uma cultura como outra qualquer. Portugal veio ao Brasil porque Minas Gerais tinha o
560 maior reflorestamento de eucalipto e depois que atendemos os portugueses eles riram da
561 gente e disseram que não tínhamos eucalipto nem para nossas necessidades. Foi um
562 fiasco. Hoje o Brasil está exportando um pouco de madeira para Portugal. E Portugal
563 tem 17% de seu território ocupado por eucalipto, enquanto, no Norte de Minas, tem-se
564 2,3% de eucalipto. Não se pode confundir a árvore com o manejo do solo. O manejo do
565 solo, como se preparou o solo, que carrou terra e jogou dentro de nascentes de rios, de
566 veredas. Isso foi o preparo do solo e não a árvore. A árvore não tem culpa. É igual a um
567 pé de maçã, uma mangueira. É igual a outra qualquer. Precisa-se rever isso, porque
568 qualquer imóvel que seja, aqueles que Dr. Daniel está correndo atrás porque estão
569 fazendo imóvel rural com 1.000m², enganando o povo, tudo isso é cercado com
570 madeira de eucalipto. Isso representa o emprego dos 1.200.000ha de eucalipto que se
571 tem em Minas Gerais. No Mato Grosso do Sul há 1.000.000ha, mas vai passar Minas
572 Gerais rapidamente porque lá não se está estigmatizando o eucalipto. Lá se acha que a
573 árvore é benéfica e lá há emprego para toda a madeira de todas essas árvores inclusive
574 para a produção de papel e celulose. É preciso que se faça com isso um apanhado
575 técnico, científico e não fazer disso bandeira ecológica ou fazer disso aquilo que se
576 pregou, um estigmatismo de que eucalipto seca terra, não fica fauna dentro de eucalipto,
577 etc. Tem-se que ter cuidado com isso porque é aquilo que vai sustentar nossa economia.
578 No passado foi a indústria siderúrgica, quando se criou o reflorestamento na década de
579 76. E se criou o Fiset Reflorestamento, e se criou o IBAMA em 1976. Com o Fiset
580 Reflorestamento foi colocado dinheiro para essas empresas para plantarem eucalipto,
581 porque não sabiam o que plantar nem como plantar essas árvores. O governo incentivou
582 gratuitamente para que se plantassem essas florestas. Passou-se de um incremento
583 médio anual de crescimento de uma árvore dessa de 10m³/ha/ano, passou-se para 100 -
584 120m³ através de genética. A genética daqueles melhores indivíduos reproduzidos
585 através de clones. É uma alta tecnologia que o mundo inteiro inveja. E o Brasil tem total
586 condição disso porque é o país onde ocorrem as árvores chamadas classe das
587 angiospermas, as folhosas. Se for cortada, ela brota o toco e nasce uma nova árvore em
588 cima daquele mesmo toco. E se faz isso uma vez, duas vezes, três vezes. No cerrado,
589 quantas vezes corta, tantas vezes brota. Já as coníferas de países temperados e frios,
590 corta-se e obtém uma árvore através de uma semente. São as gimnospermas. Então
591 preciso que se tenha esse cuidado de não criticar o eucalipto, porque ele não merece
592 essa crítica.

593 **O Conselheiro Sóter Magno Carmo**, do CODEMA Montes Claros, diz que concorda
594 plenamente em partes com Juvenal. Esclarece que não disse que o eucalipto é o
595 problema. O problema foi a forma como foi colocado o eucalipto na nossa região.
596 Concorda que o eucalipto bebe água como qualquer outra árvore. O grande problema do
597 eucalipto é a concentração de exemplares por hectare. Tira-se do cerrado brasileiro, do
598 cerrado norte-mineiro, no máximo 15 ou 20 árvores por hectare. E quantas árvores se
599 coloca de eucalipto? É a mesma coisa que colocar dentro dessa sala dez pessoas e dar
600 um litro de água para beber. Depois coloca 100 pessoas e dá o mesmo litro de água para
601 beber. Diz que é uma comparação muito esdrúxula de uma pessoa que não tem nenhum
602 conhecimento técnico como o Conselheiro Juvenal tem, mas acha que aí está a questão
603 do eucalipto com respeito à água: a quantidade de exemplares por hectare plantado.



604 Quando se sobrevoa uma área de eucalipto, como ele conheceu, hoje é um mar verde,
605 Antes se podia contar os pés de eucalipto, de panã, de rufão e aí vai. Não é contra a
606 plantação de eucalipto. É contra a forma como foi feito. Enriqueceu muita gente,
607 financiou muitos políticos neste país, neste estado e nesta cidade e levou a esse caos que
608 está aí, porque não houve a preocupação com a sustentabilidade. Pede ao Presidente
609 permissão para sair porque tem uma consulta médica. Aproveita a oportunidade para
610 desejar a todos um Feliz Natal e um Ano Novo cheio de muitas realizações juntamente
611 com seus familiares. O **Conselheiro Daniel Piovaneli**, do Ministério Público, diz que
612 gostaria de dar uma palavra rápida sobre o tema e sobre o profissional. Concorde
613 perfeitamente com o Conselheiro Sóter e não achou que a fala dele foi destinada a
614 contrariar o eucalipto em si, mas a forma como foi utilizado. Tal qual uma arma de fogo
615 na mão de um bom policial é um excelente instrumento de proteção e segurança
616 pública, mas na mão de um mau policial pode causar um dano nefasto. Tem-se que
617 começar a enxergar a forma de utilização. Por isso a proposta de uma análise melhor do
618 manejo sustentável da ferramenta, inclusive econômica e ambiental, o eucalipto. Talvez
619 essa seja uma evolução que se consiga ao invés de ficar batendo que o eucalipto é a
620 salvação do mundo, o eucalipto é a desgraça do mundo. Tem-se que sair de fato desses
621 lugares comuns que estão acabando com a gente do ponto de vista de discussão, porque
622 não se sai disso: ficar discutindo se é a melhor coisa ou a pior coisa do mundo. Tem-se
623 que sair desse lugar comum. Tem-se um dado: ele consome mais água do que uma
624 vegetação. Um hectare de eucalipto plantado, pela quantidade de indivíduos arbóreos
625 pelo espaço, ele consome muito mais que um campo cerrado, uma savana estepe. Isso é
626 evidente, calculado, inclusive. Diz que trouxe um estudo da década de 90 do Professor
627 Valter Lima. Diz que o professor cujo nome sugeriu nem conhece pessoalmente. Diz
628 que indicou seu nome porque é quem sucedeu o Professor Valter Lima, que fez esse
629 estudo na região de Grão Mogol. É alguém que tem conhecimento técnico, do dado
630 técnico da exploração superior do eucalipto, mas que tem o foco no manejo. Não tem o
631 foco na benesse ou no malefício do eucalipto. Ele tem foco no melhor plantio, na forma
632 de cuidar no plantio do indivíduo por hectare, como manejar, como fazer e tratar a área
633 de recarga quando há plantio de eucalipto na área de recarga. É alguém que vai poder
634 contribuir e sair desse lugar comum em que se acabou caindo nessa discussão que o
635 eucalipto é a perdição ou a salvação do mundo. Talvez essa seja a contribuição.
636 Concorde com Clésio. Fez uma indicação de alguém que acha que pode contribuir, mas
637 todo mundo aqui pode fazer indicação do profissional que entender que possa
638 contribuir. Talvez até recomendar que isso seja feito mais tecnicamente possível. Não é
639 hora de se ter paixão, de posição. É hora de se ter conhecimento técnico para se chegar
640 numa solução de fato viável de resolver esse problema. Diz que essa é a posição do
641 Ministério Público. **Clésio Cândido Amaral, Presidente**, diz que entende que quanto
642 mais informação técnica a URC tiver mais os técnicos terão poder de decisão sobre a
643 forma, plantio, sabendo que existem formas diferentes de sustentabilidade disso. Diz
644 que na última reunião, quando trouxe aquela universidade, uma coisa ficou muito clara
645 para ele foi: em todas as áreas onde a empresa tem eucalipto, onde foram mantidas as
646 áreas de APP, as áreas de nascente, as áreas de recarga, e ainda assim teve eucalipto,
647 continua tendo produção de água. A grande discussão é como se viabilizam as duas
648 coisas. Diz que hoje entende que há tecnologia para tanto. Diz que, da mesma forma que
649 o Conselheiro Dr. Daniel indicou, cada um da FETAEMG, FAEMG, pode indicar
650 pessoas, estudiosos da área, porque quanto mais se ampliar o debate aqui melhor vai ser.



651 Mais subsídio técnico se vai ter nesse sentido. Não há problema em trazer um, trazer
652 dois, trazer professores que possam promover numa única reunião um amplo debate
653 para inclusive suscitar todas as dúvidas e se ter inclusive a possibilidade de saber que
654 existe uma proposta de sustentabilidade, um caminho para se seguir, existe um meio
655 termo para desenvolvimento agrossilvipastoril no Norte de Minas que contemple
656 inclusive a produção de madeira a partir do eucalipto. Diz que antes de encerrar a
657 reunião quer agradecer a participação de todos. O **Conselheiro Juvenal Mendes**
658 **Oliveira**, da FAEMG, pede que permita sugerir o nome de duas pessoas: Professor
659 Sebastião Valverde, da Universidade Federal de Viçosa, estudioso do assunto, e Dácio
660 Calais, que é Presidente da ASIFLOR. **Clésio Cândido Amaral, Presidente**, pede que o
661 Conselheiro passe o nome com o contato deles para que já se possa fazer o contato em
662 janeiro e se possa tentar viabilizar. Acredita que todo e qualquer profissional da área
663 será riquíssimo na discussão. Acaba com o discurso do senso comum, como fala Dr.
664 Daniel. Tem-se que achar um caminho. Diz que quer agradecer a todos os Conselheiros
665 da URC que passaram ao longo dos anos, os titulares, os suplentes que vieram, todas as
666 contribuições, apesar de se achar que se esvaziou porque não há processos de
667 regularização. Mas há outros foros que se pode suscitar de discussão na URC que viram
668 moção, que viram DN, que viram sugestão, que podem virar um monte de coisas, para o
669 próprio Estado estabelecer suas diretrizes e suas políticas. Deseja a todos boas festas,
670 bom final de ano. Que todos aproveitem, divirtam-se. Quem vai viajar de férias
671 aproveite as férias. Os que não vão ter férias aproveitem também. Dá por encerrada a
672 reunião.

673 **8. Encerramento.**

674 Não havendo outros assuntos a serem tratados, declarou-se encerrada a sessão, da qual
675 foi lavrada a presente ata.

676 Esta é a síntese da reunião do dia 10 de dezembro de 2019.